

06 AGO 2015

GAZETA DO POVO

STF manda TJ incluir cartórios sub judice em concurso

Luis Lomba, especial para a Gazeta do Povo

Os cartórios do Paraná que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) declarou vagos — e que questionaram essa decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) — terão que ser incluídos no concurso público que o Tribunal de Justiça (TJ) vai realizar para preencher as serventias disponíveis. A Primeira Turma do STF decidiu na terça-feira (4), por unanimidade, que a informação de que a vacância dessas serventias está sub judice deve constar no edital do concurso, oferecendo aos aprovados toda a informação necessária para escolher os cartórios que vão assumir.

O TJ não quis se manifestar sobre a decisão do Supremo. O tribunal também não informa sobre os preparativos para realização do concurso, determinada em 2010 pelo CNJ, que considera um desrespeito à Constituição manter titulares em cartórios sem concurso público. O TJ chegou a marcar as provas para 2012. No entanto, o CNJ suspendeu o certame depois de constatar problemas no edital.

O concurso deve definir os titulares de 503 cartórios extrajudiciais — 326 serventias serão ocupadas por novos titulares e outros 177 cartórios serão ocupados por remoção. A lista de cartórios que estarão em disputa no concurso inclui 15 serventias de Curitiba. Entre eles, estão três cartórios de protestos de título (1.º, 3.º e 4.º); dois de

registros de imóveis (1.º e 2.º); 5 tabelionatos de notas (4.º, 6.º, 8.º, 9.º e 10.º); além do 2.º Registro Civil e do 14.º de Notas, do 1.º de Registro Civil e 13.º de Notas, e das serventias do Campo Comprido, do Pinheirinho e da Barreirinha.

Batalha judicial

A Primeira Turma do STF deu provimento parcial ao mandado de segurança impetrado pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) contra resolução do CNJ que determinou ao TJ a inclusão das serventias sub judice no concurso. Seguindo o voto do relator, ministro Luiz Fux, o Supremo manteve a inclusão das serventias no concurso. Os ministros decidiram que o provimento dos cargos só poderá ocorrer após sentença transitada em julgado.

O ministro Luiz Fux salientou que a informação da condição sub judice das serventias deve ser explicitada pelo Tribunal de Justiça paranaense e que a escolha se dará por conta e risco dos candidatos, sem direito a reclamação posterior, caso o resultado da ação judicial seja pela preservação do antigo

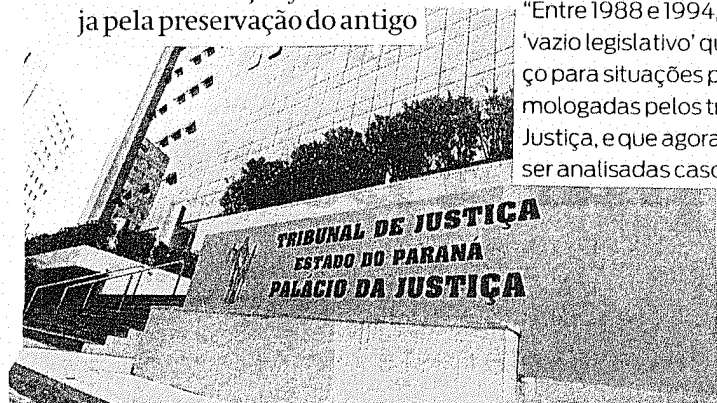
titular do cartório.

“O princípio da razoabilidade recomenda que não se dê provimento à serventia cuja vacância esteja sendo contestada judicialmente antes do trânsito em julgado da ação. Consectariamente, a entrega da serventia ao aprovado no certame depende do encerramento da lide, com o trânsito em julgado de todos os processos pendentes em relação à serventia”, afirma o relator em seu voto.

POSICIONAMENTO

Anoreg comemora decisão do Supremo em nome da “legitimidade”

Em nota, a Anoreg disse que a decisão do STF é importante porque reconhece a legitimidade dos atuais titulares das serventias para que continuem nos cargos até que todos os recursos jurídicos sejam concluídos. Para a associação, a decisão permite que os cartórios sub judice sejam incluídos no concurso público e, ao mesmo tempo, que os direitos dos atuais titulares permaneçam resguardados até a decisão definitiva das ações. “A instituição reforça que é importante ter a ótica de coibir ilegalidades, mas garantir a manutenção dos direitos concedidos”, diz o texto. “Entre 1988 e 1994, houve um ‘vazio legislativo’ que abriu espaço para situações pontuais, homologadas pelos tribunais de Justiça, e que agora necessitam ser analisadas caso a caso.”



TJ marcou provas para 2012, mas elas foram suspensas pelo CNJ.

06 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Olho Vivo

Terra em transe 1

Diante das informações que correm de que o ex-procurador Geral do Estado Júlio Zem teria facilitado aval jurídico para que a Refinaria de Manguinhos (recordista em sonegação de impostos) se instalasse no Paraná, dois movimentos preventivos foram ensaiados pelo gabinete do governador. Um deles: o de desmentir a informação e isentar o ex-procurador de responsabilidades. Outro, mais apropriado ao caso: o de abrir uma sindicância para apurar os fatos. Até ontem à noite persistia a encruzilhada.

Terra em transe 2

Por conta dessa dúvida, a terra entrou em transe nas proximidades do Palácio Iguazu. Abalos foram sentidos também em razão do depoimento que o doleiro Alberto Youssef foi levado sob escolta, ontem, a fazer perante juízes do TRE, a pedido do TSE, num processo de investigação de supostos crimes eleitorais. Há quem vê ligação entre um caso e outro.

BESSA

- O advogado e doutorando em Direito Processual Civil pela USP Rodrigo Ramina de Lucca lança hoje o livro *O dever de motivação das decisões judiciais*, às 19h, na Livraria Saraiva do Shopping Crystal.

06 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Moro condena cúpula da empreiteira OAS por corrupção na Petrobras



Moro: "Quem é extorquido [argumento da OAS], procura a Polícia e não o mundo das sombras".

CONTINUA

06 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Cinco executivos da empresa pegaram pena de até 16 anos de prisão por participar do esquema

SÃO PAULO

Estadão Conteúdo

Em mais uma sentença da Operação Lava Jato, a Justiça Federal no Paraná condenou, nesta quarta-feira (5), cinco executivos da empreiteira OAS por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa. Eles deverão cumprir pena de até 16 anos de reclusão. Cabe recurso da decisão.

O presidente da empresa, José Aldemário Pinheiro Filho (o Leo Pinheiro), foi condenado a pena de 16 anos e 4 meses de reclusão, assim como Agenor Franklin Magalhães Medeiros, que era diretor da área internacional da OAS. Mateus Coutinho de Sá Oliveira, ex-diretor financeiro da empreiteira, e José Ricardo Nogueira Breghirolli, funcionário da OAS apontado como responsável pelo transporte de propina, foram condenados a 11 anos por lavagem de dinheiro e organização criminosa. O executivo Fernando Augusto Stremel Andrade recebeu uma condenação por lavagem de dinheiro, e prestará serviços comunitários por quatro anos.

Os desvios cometidos pela

empreiteira em contratos com a Petrobras chegaram a R\$ 30 milhões, segundo acusação do Ministério Público Federal. “[Trata-se de] um grupo criminoso envolvido habitual, profissionalmente e com certa sofisticação na prática de crimes contra a Petrobras e de lavagem de dinheiro”, disse Moro na sentença.

Para o magistrado, ficou provado que os executivos cometeram crimes “por longos períodos”, pelo menos desde 2007, e se organizavam de forma estruturada e profissional. Moro ainda criticou a defesa dos executivos, que argumentou que eles teriam sido extorquidos por funcionários da Petrobras e agentes políticos. “Quem é extorquido, procura a Polícia e não o mundo das sombras”, disse o juiz.

Outras condenações

Também foram condenados o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que recebeu parte da propina paga pela OAS, e o doleiro Alberto Youssef, que operacionalizou os pagamentos. Eles fizeram acordo de delação premiada com a Justiça. Costa cumpre prisão domiciliar, e Youssef ficará detido apenas três anos em regime fechado.

Waldomiro de Oliveira, que trabalhava como contador para Youssef, foi absolvido nesta sentença. O juiz entendeu que uma condenação anterior de Oliveira, por lavagem de dinheiro e organização criminosa, já abarcou os fatos abordados no processo.

CONTINUA

06 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Dirceu recorre ao STJ para anular provas

| Chico Marés, com agências

A defesa de José Dirceu recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para anular provas da Operação Lava Jato que teriam levado à prisão do ex-ministro, preso desde a segunda-feira (3).

Juarez Cirino, um dos advogados do ex-ministro José Dirceu, recorreu ao STJ para anular a quebra do sigilo bancário do ex-ministro. Ele apresentou esse pedido em março no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4). No último dia 23, o TRF4 negou o pedido, e o advogado recorreu ao STJ, em Brasília.

Em janeiro, a juíza federal substituta Gabriela Hardt, da 13.ª Vara Federal Criminal, havia determinado a quebra do sigilo bancário de Dirceu, pela suspeita de que sua empresa de consultoria, a JD, estaria envolvida com os desvios investigados pela Opera-

BARRADO

Juarez Cirino, um dos advogados de Dirceu, foi barrado na sede da Polícia Federal de Curitiba nesta quarta-feira (5). O argumento da PF foi de que o dia é de visita familiar e não de advogados. Ouvia ainda que já tinha sido aberta uma exceção para uma advogada de Dirceu.

ção Lava Jato. Essa quebra de sigilo fundamentou a prisão do ex-ministro, que ocorreu na última segunda-feira (3).

Para Cirino, a quebra de sigilo foi ilegal, uma vez que, no seu entendimento, não haveria indícios de atividades ilícitas que embasassem a medida. “Nós achamos que houve violação de um direito líquido e certo, porque não existe nenhum fato concreto contra o José

Dirceu. O que existe são hipóteses, suspeitas e delações que foram obtidas de forma violenta”, afirmou.

No entendimento do advogado, uma eventual decisão favorável a seu cliente pode ter repercussão em toda a investigação contra ele — inclusive, na sua prisão. “A decisão tem repercussão no processo criminal como um todo. Se o STJ, como eu espero, considerar ilegal a quebra de sigilo, há o efeito dos ‘frutos da árvore envenenada’, ou seja, tudo o que veio depois é nulo”, disse Cirino.

Noutra frente jurídica, a equipe de defesa de Dirceu também anunciou que vai ingressar nesta quinta-feira com um recurso ordinário constitucional no TRF4 para levar todo o caso ao STJ.

A defesa de Dirceu entende que no STJ teria mais chances de ser libertado, com base na jurisprudência da própria Corte. “O próprio STJ é taxativo no sentido de que o clamor público não é justificativa para prisão preventiva de ninguém”, disse o advogado Roberto Podval, que defende o ex-ministro.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO Youssef depõe em ação eleitoral envolvendo senador do PT

Katna Baran

O doleiro Alberto Youssef, preso da Operação Lava Jato, prestou depoimento na tarde desta quarta-feira (5) na sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), em Curitiba. Ele foi ouvido na condição de testemunha em um processo envolvendo o último pleito eleitoral do estado do Mato Grosso do Sul.

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) confirmou o depoimento de Youssef, tomado por meio de carta precatória da Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul, com acompanhamento do promotor eleitoral Luis Eduardo Silveira de Albuquerque, do MP paranaense.

A ação de investigação judicial eleitoral é de autoria do ex-senador João Hugo Rodrigues (PSD), que acusa o senador Delcídio Amaral (PT), que perdeu a eleição ao governo do Mato Grosso do Sul no ano passado, de abuso de poder econômico durante a campanha.

Testemunha

Youssef foi apontado por Rodrigues como testemunha de acusação no caso. Porém, não há mais detalhes sobre o depoimento do doleiro. O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa é outra testemunha arrolada pelo ex-senador no processo eleitoral.

Procurada, a assessoria do senador Delcídio Amaral preferiu não se pronunciar sobre o depoimento.

06 AGO 2015

GAZETA DO POVO

PROCURADORIA

Collor recebeu R\$ 26 mi em propina, diz PGR

Da Redação

Em manifestação encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, aponta que o ex-presidente da República e senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) recebeu R\$ 26 milhões em propina, entre 2010 e 2014, fruto de "sofisticado esquema de lavagem de dinheiro". Para tentar amenizar o prejuízo, Janot pede que os carros de luxo, apreendidos pela Polícia Federal no mês passado na casa de Collor, não sejam devolvidos ao senador, por ser "possivelmente produtos do crime". As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*. Segundo o relatório, Collor recebeu entre 2011 e 2013 cerca de R\$ 800 mil em depósitos fracionados, parte deles em dinheiro vivo, por meio de suas empresas. Sócio da afiliada da Rede Globo em Alagoas, o ex-presidente recebeu da emissora R\$ 249 mil. Além da TV, duas outras empre-

sas do senador aparecem na denúncia encaminhada ao STF, a Água Branca participações e a Gazeta de Alagoas. Há depósitos feitos no nome de uma empresa para a outra. A suspeita é de que a Água Branca seja uma empresa de fachada, já que não tem sede, funcionários nem participação em outras empresas. "Mas estranhamente tem a propriedade de três carros de luxo", escreveu Janot no relatório. Collor registrou uma Lamborghini, uma Ferrari, um Bentley e uma Land Rover em nome da empresa. Foi Collor que pediu a devolução dos carros e não a empresa. Janot sustenta que quem deveria fazer o pedido era o ex-presidente e que não há "restituição de produto do crime". Janot aconselha o STF a negar o pedido do senador.

Prestações atrasadas

Collor está devendo parte das prestações da Lamborghini. Ele deu entrada de R\$ 400 mil, mais parcelas em dinheiro totalizando R\$ 1,2 milhão, além de assumir um financiamento de R\$ 1,6 milhão. É essa parte da operação que está atrasada.

06 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Atual procurador vence eleição interna

O atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi o mais votado nesta quarta-feira (5) pelos procuradores para permanecer no cargo por mais dois anos. A eleição representou uma demonstração de força de Janot, que tem sido criticado e que virou alvo de promessas de retaliações de senadores e deputados diante dos desdobramentos das investigações de políticos no esquema de corrupção da Petrobras.

Janot recebeu 799 votos – 288 a mais do que sua votação na eleição organizada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) em 2013 e que lhe garantiu sua indicação ao posto. O atual procurador-geral ficou à frente dos subprocuradores Mário Bonsaglia (462 votos) e Raquel Dodge (402 votos). O subprocurador-geral Carlos Frederico (217 votos), o mais crítico dos rivais de Janot, que apontava uma condução “midiática” da Lava Jato, acabou de fora da lista triplíce.

“Unidos, venceremos. Mantenho o entusiasmo e a humildade para as próximas etapas e para a vida. Paciência e confiança”, escreveu Janot aos colegas do Ministério Público Federal (MPF), por meio da rede interna do órgão.

Embora não seja exigido, os governos do PT costumam indicar ao cargo de procurador-geral da República o mais votado da lista formada pela categoria. A lista chegará às mãos de Dilma Rousseff nos próximos dias. Se for mesmo o indicado, Janot terá de passar por sabatina na CCJ do Senado e votação secreta no plenário da Casa.

TRF4 mantém presos executivos de duas empreiteiras

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou pedido de habeas corpus para o empresário Otávio Marques de Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez. Ele está preso desde 19 de junho quando foi deflagrada a 14ª fase da Operação Lava Jato. Ainda nesta quarta, a 8ª Turma do TRF4 considerou prejudicado o julgamento do mérito dos pedidos de habeas corpus dos cinco executivos da Odebrecht presos preventivamente, entre eles o presidente da empreiteira, Marcelo Odebrecht. Eles também foram detidos em 19 de junho. Os executivos foram alvos de dois mandados de prisão preventiva. A primeira foi substituída por uma segunda, pelo juiz Sérgio Moro, em julho, quando a Suíça remeteu extratos bancários que, segundo o Ministério Público Federal, comprovariam pagamento de propina a diretores da Petrobras no exterior. Segundo o desembargador federal João Pedro Gebran Neto, relator dos processos no tribunal, cabe às defesas impetrarem novos habeas corpus, baseados na nova argumentação apresentada em primeira instância.

NOTA POLÍTICA

Reajuste do Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, promoveria na noite desta quarta-feira (5) uma reunião com presidentes de tribunais superiores na tentativa de construir um acordo sobre o reajuste dos salários de servidores do Judiciário. As negociações entre a Corte e o Ministério do Planejamento têm apontado um aumento na casa dos 40%, abaixo da linha de 56,4% a 78,6% aprovada pelo Congresso e veto pela presidente Dilma Rousseff. O STF tem pressa em obter uma solução para o caso, na tentativa de conter movimentos grevistas.

“Um estupro acaba em alguns minutos, a morte é para sempre”

Tenho certeza de que o título acima já causou, com total razão, calafrios, repulsa e revolta em muitos. Agora peço que o leitor faça o seguinte exercício imaginativo e considere que tal frase foi dita por Jair Bolsonaro, Rachel Sheherazade ou Paulo Eduardo Martins: uma repercussão gigantescamente negativa invadiria toda a imprensa, grupos feministas iriam às ruas, políticos fariam discursos e celebridades gravariam vídeos externando sua revolta. Algo bem próximo, ou até maior, aconteceria se o dono da frase, por exemplo, fosse a NRA — famosa associação americana de lobby em favor das armas — ou, ainda, um conservador americano. Todos os jornais do mundo estampariam sua ojeriza em suas primeiras páginas.

Infelizmente, a frase não é um exercício fictício; em sua totalidade, diz que “Um estupro acaba em alguns minutos, a morte é para sempre. Você não precisa de uma arma”. Ela faz parte de uma campanha da ONG Moms Demand Action for Gun Sense in America, que luta por mais restrições às armas nos Estados Unidos. Uma espécie de “estupra, mas não mata”-às avessas. A versão mais perversa do “relaxa e goza”. Na campanha, a ONG tenta convencer mulheres de que é melhor se deixar estupro do que reagir e morrer (ou matar; nem sei mais com qual vida as ongueiras estão realmente preocupadas). Fica óbvio o desprezo desses grupos pela dignidade da mulher. O importante para eles é que você nunca tenha uma arma, não importa se você será estuprada ou não.

Em sua argumentação, tosca e asquerosa, professam que uma mulher que tem uma arma e reage a um estupro tem mais chances de morrer. Mentira que ouvimos muito por aqui e que é desmentida por vários estudos e dados. Dos 2,5 milhões de vezes em que uma arma de fogo é usada para legítima defesa nos EUA, 7,7% dos casos

são de mulheres que as utilizam para defesa contra agressões sexuais. São quase 200 mil episódios por ano! De acordo com o estudo “Law Enforcement Assistance Administration, Rape Victimization in 26 American Cities”, do Departamento de Justiça norte-americano, apenas 3% dos estupro se concretizam quando a mulher está armada e reage. Arthur Kellerman, um pesquisador cujo trabalho é frequentemente citado pelos grupos de controle de armas, disse: “Se você tem de resistir, suas chances de ser ferido são menores se você tiver uma arma. Se fosse minha mulher, se eu quero que ela tenha um 38 em sua mão? Sim!”

Deixando de lado as mentiras numéricas apresentadas, que para mim são completamente secundárias, devemos refletir sobre a questão psicológica do estupro. Todo o trauma, dor, vergonha, depressão, casamentos e relacionamentos desfeitos, famílias destruídas, depressão e, não raramente, o suicídio. Não me envergonho de dizer que, na preparação deste artigo, li, ouvi e assisti a vídeos com depoimentos de vítimas diretas e indiretas de estupro. Foi muito difícil aguentar sem chorar. Eu não aguentei e tive de parar várias vezes para poder assimilar tamanho desconforto, raiva e tristeza.

Muitos devem estar espantados. Eu não! Travestidos de benfeitores, de gente preocupada com a humanidade, com discursos do “eu sei o que é melhor para você”, essa é a verdadeira essência dos desarmamentistas: desprezo ao ser humano, aos seus valores, liberdades e dignidade. Gente que continua achando que ficar vivo, mesmo que escravizado, humilhado e com sua alma destruída, ainda é melhor que lutar. São cultivadores da covardia como valor humano.

Bene Barbosa, bacharel em Direito e especialista em Segurança Pública, é presidente da ONG Movimento Viva Brasil e coautor de *Mentiram para mim sobre o desarmamento*.

Arrogância e intimidação

O princípio que rege em geral a atividade do advogado é o da liberdade de pensamento. O advogado é livre por definição, mas só o será se tiver personalidade para tanto. Este é o carro-chefe, do qual se originam explicitamente e em paralelo o da liberdade de imprensa, o da liberdade de ir e vir, no caso dos advogados, além dos princípios gerais de direito que lhes socorrem, o princípio do sigilo profissional, consagrado até na Constituição da República. Os princípios, como o da igualdade perante a lei, o da inviolabilidade do lar e o da legalidade (ninguém poderá ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei), se ajustam também ao da liberdade; é paralelo e reiterado que um existe não em função do outro, mas pode reafirmá-lo, porque aplicado em condições diversas — mais aberto, portanto.

O sigilo tem a natureza de proteger o advogado em face de sua representação e o envolve totalmente, até o ponto em que, se houver descumprimento pelo próprio advogado, este poderá ser denunciado à OAB por infração profissional. O sigilo revela-se cláusula pétrea da Constituição, tal como está ali expresso; não pode ser mudado por emenda constitucional, muito menos por leis comuns. Trata-se de conquistas históricas, como na Declaração de Independência dos Estados Unidos (redigida pelo fantástico Thomas Jefferson), com maior clareza nas primeiras 12 emendas à sua Constituição; e na Revolução Francesa, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, inclusive adotada na Constituição Brasileira.

Como se vê, por ignorância ou má-fé, ou por ignorância e má-fé juntas, a advogada Beatriz Catta Preta está sendo pressionada — ou melhor, intimidada — a revelar fatos ou comportamentos resguardados em toda a sua extensão pelo sigilo profissional, que protege a sua identidade, a sua dignidade

pessoal como profissional. Ela denunciou que deixará a advocacia e a defesa de seus clientes da Lava Jato, por motivos que incluem o fato de ela e sua família estarem sendo perseguidas e ameaçadas — ela desconfia de que as ameaças se originam em personagens da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os escândalos da Petrobras.

A maior ameaça está precisamente no fato de ela ter sido convocada para depor na CPI sobre tudo o que está envolto pela sua posição de advogada. Este fato já demonstra claramente a vontade de humilhá-la, de perquirir sobre sua conduta pessoal, ligada perfeitamente a suas atitudes como advogada. A CPI não tem o direito de exigir que ela venha denunciar quem supostamente esteja encabeçando as ameaças que ela e sua família estão sofrendo. As ameaças e intimidações são surdas, veladas.

Não é segredo, nem de desconhecimento de ninguém, que a falta de escrúpulos ronda, infelizmente, o Congresso Nacional, e é capitaneada pelas atrozidades presidências das duas casas. E a Ordem dos Advogados do Brasil não acompanhará a advogada acuada em sua compulsória visita à CPI? Os bons tempos da OAB estão a se encerrar, pela notória candidatura do atual presidente a uma das vagas nos tribunais superiores? Bons tempos de Raymundo Faoro, que recusou ser ministro da Justiça depois de ter terminado seu mandato como presidente da Ordem simplesmente para não conspurcar sua imagem e sua biografia. Presidente da OAB é livre, é mais importante que ministro, porque este está subordinado a uma porção de gente, de dentro e de fora do governo — como sucede mais que nunca agora.

Eduardo Rocha Virmond é ex-presidente do Instituto dos Advogados do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil/seção Paraná (OAB-PR), e foi vice-presidente e coordenador da 7ª Conferência Nacional da OAB (Curitiba, 1978).

06 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Sininho diz à Justiça ter sido vítima de fofoca

As ativistas Elisa Quadros Pinto, a Sininho, e Karlayne Moraes, a Moa, participam de uma audiência no Tribunal de Justiça do Rio nesta quarta-feira (5). Em seu depoimento, Sininho negou ser uma liderança dos ativistas acusados de promover atos de violência nas manifestações de 2013 no Rio e afirmou ser vítima de 'fofocas'. Segundo ela, destruíram sua identidade pessoal para a criação de uma imagem terrorista que não existe.

"Participei desde o início da (movimento) Ocupa Câmara, mas nunca liderei o movimento. Acompanhei por solidariedade", disse.

Sininho, Moa e outros 21 réus respondem por formação de quadrilha. Os outros já foram interrogados. Elas não tinham sido ouvidas porque eram consideradas foragidas desde dezembro. As duas tiveram prisão decretada pela Justiça, mas em junho o Superior Tribunal de Justiça concedeu habeas corpus para elas e Igor Mendes da Silva, que estava preso à época. A decisão do STJ saiu pouco mais de um mês depois de o desembargador Siro Darlan, da 7ª Câmara Criminal do Rio, ter suspenso o processo contra 23 ativistas.

Casal é preso após morte da filha de 3 meses por desnutrição

Um casal que mora na Guarda do Embaú, em Palhoça, litoral de Santa Catarina, foi preso na segunda-feira (3) depois que a filha deles, de 3 meses, morreu por desnutrição. O homem, de 30 anos, e a mulher, 26 anos, responderão por crime de maus-tratos, agravado em razão de morte e por se tratar de menor de idade. A pena é de 4 a 12 anos e pode aumentar um terço por ser menor de 14 anos.

Segundo o delegado da Polícia Civil Adriano Almeida, a mãe, formada em Enfermagem, tinha passado por uma cirurgia nos seios e possivelmente não conseguia amamentar o bebê. O casal, que havia saído de Joinville para morar numa comunidade alternativa no Vale da Utopia, na Guarda do Embaú, buscou outra solução para alimentar o recém-nascido. O bebê recebia um extrato de óleo de coco e castanhas moídas.

Segundo a Polícia Civil, o bebê teria morrido por volta das 22h de domingo e às 2h de segunda-feira o Samu foi acionado. Pelo estado de desnutrição, a criança tinha quase o tamanho de um feto. O corpo tem indícios de que ela estava desprovida da alimentação básica para a idade.

Os pais se mostraram surpresos com a prisão porque acreditaram que fizeram o melhor para o bebê.

06 AGO 2015

GAZETA DO POVO



06 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Renan, Serra e Aécio discutem impeachment de Dilma em jantar

Eles concluíram que condição para impedimento não está madura

BERNARDO MELLO FRANCO
COLUNISTA DA FOLHA

O PSDB ofereceu um jantar ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para discutir o agravamento da crise e a chance de abertura de um processo de impeachment contra Dilma Rousseff.

O encontro ocorreu na noite de terça (4), no apartamento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Participaram os últimos dois presidentes tucanos: Aécio Neves (MG) e José Serra (SP).

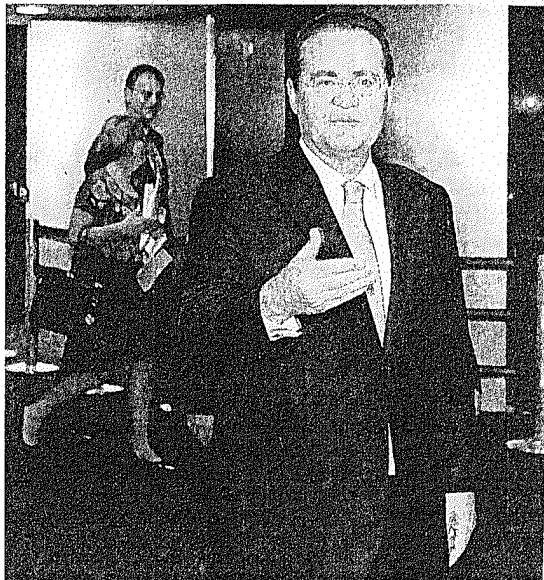
Na conversa, os senadores afirmaram que o governo está "perdido", mas concordaram que a possibilidade de impeachment "não está madura", segundo relataram à **Folha** quatro participantes.

Membros das duas siglas criticaram as manobras do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para tentar acelerar a abertura de um processo de impedimento.

Para eles, a oposição deveria esperar as manifestações marcadas para o próximo dia 16 antes de discutir se ensossa a ideia do impeachment.

Também foram feitas críticas à aprovação de uma "pauta-bomba" na Câmara, na contramão do ajuste.

José Serra afirmou que os deputados federais estão co-



Renan Calheiros, presidente do Senado, anfitrião do jantar

metendo "loucuras fiscais" ao aprovar projetos que aumentam os gastos públicos e concedem novos aumentos a categorias do funcionalismo.

O tucano fez coro com o senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao prever o agravamento da crise econômica nos próximos meses. Os dois traçaram um cenário de alta do desemprego e de paralisação dos investimentos privados.

Os senadores de PMDB e PSDB discutiram as consequências de um possível impeachment para a atividade econômica, mas não houve

consenso nesse ponto.

O jantar foi descrito por tucanos como um gesto para se aproximar de Renan, que tem feito críticas públicas ao ajuste fiscal e à coordenação política do governo Dilma.

No início do ano, o PSDB apoiou a candidatura de Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) à presidência do Senado, em oposição ao alagoano.

Também participaram da conversa os líderes do PMDB, Eunício Oliveira (CE), e do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), e o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

MÔNICA BERGAMO

URNA ELETRÔNICA

Alckmin, que há alguns meses anteviu o movimento de aproximação entre Temer e Serra, já disse que, em caso de impeachment, o PSDB não deveria integrar o governo do vice. Diz que o poder se ganha no voto.

FOLHA DE S. PAULO

Governador do RS tenta aval do STF para 'fatiar' salários

Servidores públicos
pararam na segunda (3)

06 AGO 2015

PAULA SPERB

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CAXIAS DO SUL (RS)

Na tentativa de reverter a decisão que o obriga a pagar integralmente e em dia o salário dos servidores estaduais, o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), se reuniu com três ministros do Supremo Tribunal Federal nesta terça (4).

Ele foi recebido por Teori Zavascki, Luís Roberto Barroso e Celso de Mello, que ainda não abriram seus votos sobre o recurso de Sartori. Em 28 de maio, um primeiro pedido foi indeferido pelo presidente do órgão, Ricardo Lewandowski. Na segunda (3), ele se posicionou contra novo recurso, assim como os ministros Marco Aurélio e Edson Fachin.

Rosa Weber, que é gaúcha, declarou-se impedida. O julgamento foi adiado após pedido de vistas de Zavascki.

Na sexta (31), só foram pagos salários até R\$ 2.150. Na segunda, servidores pararam — eles ameaçam greve a partir do dia 18. Segundo Lewandowski, o descumprimento da decisão pode levar a uma intervenção federal no Estado.

Sartori também debateu as consequências de um calote na dívida de R\$ 47 bilhões com a União. O deficit nas contas do Estado é de R\$ 5,4 bilhões, deixado pelo ex-governador Tarso Genro (PT).

Em caso de calote, a União é obrigada a suspender o repasse de verbas ao Estado.

06 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Janot vence eleição interna e é favorito para a Procuradoria

Com mais de 300 votos de vantagem sobre os demais, ele lidera lista tríplice do órgão que será entregue a Dilma

Nome indicado pela presidente ainda precisa passar pelo Senado, que tem 13 investigados na Operação Lava Jato

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi o mais votado nesta quarta (5) pelos seus colegas de Ministério Público para permanecer no comando do órgão por mais dois anos.

A eleição representou uma demonstração de força de Janot, criticado por congressistas devido aos desdobramentos das investigações contra políticos suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras.

Janot teve 799 votos, 288 a mais do que na eleição de 2013, que lhe garantiu a indicação do Planalto ao cargo.

Na época, ele encabeçou a lista de preferência da categoria com uma diferença de apenas 57 votos em relação à subprocuradora Ela Wiecko, segunda colocada.

Janot ficou à frente dos subprocuradores Mário Bonaglia (462) e Raquel Dodge (402). Mais crítico entre os rivais do atual procurador-ge-

ral, o subprocurador Carlos Frederico (217), que chamou de “midiática” a condução da Lava Jato, ficou fora da lista tríplice elaborada pela categoria. Ao todo, 983 (79%) procuradores votaram — cada um pode escolher três nomes.

A lista será encaminhada nos próximos dias à presidente Dilma Rousseff, que indicará ao Congresso um nome para o cargo. Ela não é obrigada a acolher um dos procuradores sugeridos pela categoria, mas esta é a tradição desde o governo Lula. A expectativa é que Dilma opte pela recondução de Janot.

O indicado pelo Planalto terá ainda que passar por sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado. Se aprovado, segue para votação secreta no plenário, onde precisará do aval de ao menos 41 dos 81 senadores.

Dos 27 membros titulares da CCJ, oito são investigados por suspeita de envolvimento nos desvios da Petrobras.

ESTRATÉGIA

No Senado, há quem aposte em manobras para derrubar — ou, ao menos, atrapalhar — uma eventual recondução de Janot, cujo mandato termina em 17 de setembro.

Uma estratégia seria adiar a sabatina. Outra seria esva-

ziar a sessão para tentar aumentar a chances de rejeição.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), nega ter intenção de dificultar a escolha do procurador-geral — ele é um dos 13 senadores alvo de inquéritos no Supremo Tribunal Federal, abertos a pedido de Janot.

Após ser incluído na lista de 35 congressistas investigados, Renan fez coro com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e acusou o procurador de agir por motivações políticas. Nas últimas semanas, porém, o senador diminuiu o tom dos ataques públicos.

Investigadores que atuam na Operação Lava Jato apostam que, independente da sucessão, as primeiras denúncias contra os políticos devem ser enviadas ao STF ainda neste mês. Cunha e o ex-presidente e senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) estariam entre os alvos.

Apesar dos desgastes na política, a Lava Jato também serviu de bandeira a Janot na briga pela recondução. O procurador-geral afirmou que os ataques serviam como “combustível”, rebateu acusações de que agia politicamente e, recentemente, acenou com a criação de uma procuradoria nacional anticorrupção.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

06 AGO 2015

A DISPUTA PELA PROCURADORIA

Quem são os candidatos à chefia do Ministério Público Federal

1º PASSO

Órgão entrega à Presidência da República uma lista com os **três nomes mais votados em eleição interna**

2º PASSO

Caberá a Dilma Rousseff decidir qual nome indicará ao posto --desde que assumiu o governo, em 2010, tem mantido a indicação ao candidato mais votado

3º PASSO

O nome indicado pelo Planalto segue para apreciação do Senado. Primeiro, passa por votação na CCJ, onde precisa ser aprovado por maioria simples. Depois, o nome segue para o plenário, onde precisará do aval de ao menos 41 dos 81 membros da Casa

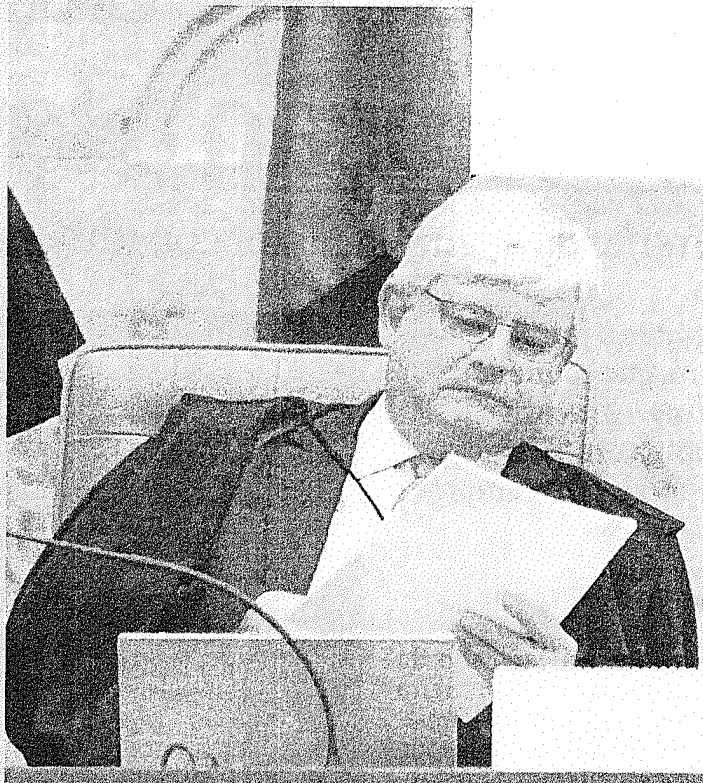
2 anos

É a duração do mandato do procurador-geral da República, que pode ser reconduzido ao cargo sucessivamente

983

Procuradores votaram, o equivalente a 79% da categoria --cada procurador pode escolher três nomes

ALISTA TRÍPLICE DO MPF



1

Rodrigo Janot

Atual procurador-geral da República, seu mandato acaba em 17 de setembro

799 votos entre os procuradores (81%)

2

Mario Luiz Bonsaglia

Subprocurador-geral, tem posição independente, mas não faz oposição a Janot

462 votos entre os procuradores (47%)

3

Raquel Dodge

Subprocuradora-geral, é oposição em relação a Janot

402 votos entre os procuradores (41%)



06 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Deputado é detido em cela improvisada na Assembleia por não pagar pensão

Preso desde sexta (31), Mauro Carlesse (PTB), do Tocantins, continua participando de sessões

CECÍLIA SANTOS
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM PALMAS

Um deputado estadual do Tocantins está preso desde sexta-feira (31) em uma das salas da Assembleia Legislativa do Estado por discordar do valor da pensão alimentícia exigido pela ex-mulher.

A 'cela' do deputado Mauro Carlesse (PTB-TO), que integra a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, tem TV, ar-condicionado e geladeira. Ele usa o chuveiro de um dos banheiros coletivos e é vigiado por um policial.

Mas, mesmo preso, conseguiu autorização da Justiça para participar normalmente das sessões legislativas, votando e discutindo projetos para o Estado.

Separado há seis anos, Carlesse foi preso após discordar do valor da pensão. O processo corre em segredo de Justiça na 2ª Vara Cível da Comarca de Barueri, município da Grande São Paulo.

Segundo a defesa de Carlesse, 30% do salário do deputado, de R\$ 25 mil, era destinado à ex-mulher.

Mas, além do salário, o deputado declarou à Justiça Eleitoral ser dono de uma fazenda avaliada em R\$ 34 milhões e de uma gravadora. Rosângela, a ex-mulher de Carlesse, pediu mais.

“O casal tem duas filhas [maiores de idade], mas a pensão diz respeito só à mulher. Ela está pedindo R\$ 50 mil, mas esse valor o deputado se recusa a pagar. Ela ainda quer R\$ 300 mil retroativos”, disse Divino Allan, chefe de gabinete do deputado.

Em nota, Rosângela afirma que o ex-marido possui inúmeras outras fontes de renda “provenientes dos bens do casal que estão sob sua posse e administração.”

PRISÃO LOTADA

Sandro Armado, advogado de Carlesse, afirma que, como as prisões do Estado estão superlotadas, a Justiça autorizou que o deputado ficasse preso recolhido no prédio da Assembleia. A Secretaria de Defesa e Proteção Social admite que não há possibilidade de manter o político em uma cela individual.

O advogado disse ainda que a Justiça tentou uma vaga no presídio da Polícia Militar. Mas existe apenas uma cela no local, que está ocupada por uma mulher.

Devido à “circunstância especial”, diz o advogado, a Justiça decidiu que ele ficasse preso na Assembleia. “Ele é deputado estadual, então você imagina o alvoroço que se-

ria um deputado ficar encarcerado na companhia de outros presos.”

Na Assembleia, Carlesse não pode receber visitas nem deixar o prédio. A vigilância é feita por um policial militar, que trabalha no local.

“É como se ele estivesse em um presídio comum. Fica isolado, recebe alimentação e não tem contato com outras pessoas”, diz o advogado.

O advogado informou que o parlamentar está abalado com a prisão, mas confiante. Armado disse que já recorreu da decisão judicial.

“Nós interpusemos recursos com relação à decretação da prisão, têm medidas na esfera cível, recursos para os tribunais superiores e, se for o caso, vamos recorrer ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça”.

06 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ambev é condenada por terceirização irregular

Fabricante tem de pagar R\$ 1 milhão; decisão é de 1ª instância e cabe recurso

A Justiça do Trabalho proibiu a Ambev, fabricante de bebidas, de terceirizar atividades consideradas essenciais em sua produção e condenou a empresa a pagar R\$ 1 milhão de indenização.

O valor deve ser revertido ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). A decisão é de primeira instância e cabe recurso da empresa.

Procurada, a companhia informou que não comenta ações jurídicas em andamento, que emprega cerca de 34 mil funcionários no país e cumpre todas as leis trabalhistas em vigor.

A decisão judicial foi motivada por uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho da região, após fiscais do Trabalho de Bauru autuarem a empresa ao verificar que terceirizados trabalhavam na fábrica da Ambev em Agudos (interior de São Paulo), em atividades consideradas essenciais.

Entre essas atividades, estão manuseio, seleção, movimentação, empacotamento e movimentação interna de cargas, insumos, vasilhames, bebidas e similares.

Segundo o procurador do Trabalho Rogério Rodrigues de Freitas, houve descumprimento da legislação que regulamenta a terceirização.

REGRA ATUAL

Pelas regras atuais, a súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho, proíbe o uso da mão de obra terceirizada nas chamadas atividades-fim (consideradas essenciais ao funcionamento de uma empresa) e permite a terceirização em atividades-meio (como vigilância, alimentação, limpeza etc.).

O projeto de lei que permite a terceirização mais ampla para todas as atividades de uma empresa já foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas ainda não foi no Senado.

06 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Agentes de insegurança

Impossível não se alarmar com o resultado de pesquisa feita pelo Datafolha em cidades com mais de 100 mil habitantes: 62% dos entrevistados dizem ter medo de sofrer algum tipo de violência por parte da Polícia Militar — e 53% quando se pergunta sobre a Polícia Civil.

Em outras palavras, funcionários públicos encarregados de proteger os cidadãos são vistos pela maioria como fonte de insegurança, receio, temor. Trata-se de completa inversão de valores, mas nem por isso, infelizmente, o percentual revelado pelo levantamento chega a causar grande surpresa.

Sabe-se muito bem o que está por trás dessa percepção majoritária: a rotina de abusos e assassinatos cometidos por policiais, muitos dos quais seduzidos por uma cultura do arbítrio incompatível com os padrões democráticos.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2013, nada menos que 2.212 pessoas morreram pelas mãos de agentes da lei. Em cinco anos (de 2009 a 2013), as forças de segurança por aqui foram responsáveis diretas por 11.197 mortes; nos EUA, com uma população 60% maior, cifra parecida (11.090) foi atingida em três décadas.

As estatísticas anônimas se somam diversos casos com maior ou

menor notoriedade, como o inexplicado desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza na favela da Rocinha, no Rio, há dois anos. As suspeitas, como se sabe, recaem sobre integrantes da Unidade de Polícia Pacificadora local.

A julgar por inaceitável prática identificada pela ONG Anistia Internacional, é provável que o episódio termine sem nenhuma condenação. Em relatório recente, a organização afirma que, em 2011, por exemplo, dos 220 processos administrativos abertos, só 1 desaguou em denúncia à Justiça, enquanto 183 permanecem inconclusos.

Tal situação, obviamente, não é gratuita. Segundo a Anistia Internacional, quando há policiais envolvidos em algum delito, “as investigações são frequentemente prejudicadas pela alteração das cenas dos crimes”, e testemunhas, com “medo de retaliações”, quase nunca prestam depoimentos.

Pode-se afirmar, sem receio de errar, que o costume do acoberamento se repete nos outros Estados brasileiros. Os governantes precisam se dar conta de que, para melhorar a segurança pública, precisam aprimorar o trabalho de suas forças policiais — processo que, necessariamente, inclui pôr fim à impunidade corporativista.

06 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Moro condena executivos da OAS por corrupção

Maior pena imposta coube a José Aldemário Pinheiro Filho e a Agenor Medeiros: 16 anos e quatro meses de prisão em regime fechado; defesa vai recorrer da decisão

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – O juiz federal Sérgio Morou condenou ontem o ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro Filho e o ex-diretor da área internacional da empreiteira Agenor Franklin Magalhães Medeiros a 16 anos e quatro meses de prisão em regime fechado pelos crimes de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e participação por organização criminosa dentro do megasquema de desvios de recursos públicos das obras da Petrobras. Outros dois ex-diretores, José Ricardo Nogueira Breghirolli e Matheus Coutinho de Sá Oliveira, pegaram penas menores: 11 anos em regime fechado por lavagem de dinheiro e organização criminosa. O quinto executivo da OAS, Fernando Augusto Stremel Andrade, foi condenado a quatro anos de prisão em regime aberto por apenas ter cumprido ordens superiores e teve a pena substituída por prestação de serviços comunitários.

Segundo o juiz, os crimes foram cometidos pelos executivos da OAS em obras da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, e da Refinaria Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, no Paraná. Moro fixou em R\$ 29,2 milhões o valor mínimo necessário para indenização dos danos à Petrobras, o que corresponde ao montante pago em propina à diretoria de Abastecimento.

Também foram condenados o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa (seis anos e seis meses de reclusão) e o doleiro Alberto Youssef (16 anos, 11 meses e dez dias de prisão). Porém, como os dois fecharam acordos de colaboração premiada, serão beneficiados e terão redução significativa nas penas. O “laranja” de Youssef, Waldomiro de Oliveira, que “emprestava” notas de empresas de fachada para o esquema, deixou de ser julgado nesta ação porque já foi condenado pelo crime de lavagem de dinheiro em outra ação penal da Lava Jato.

Em sua decisão, Moro considerou que houve corrupção, e não extorsão, por parte da construtora: “Quem é extorquido, procura a polícia e não o mundo das sombras. Não é possível aceitar que a OAS, poderosa empreiteira, não poderia em cerca de seis anos, entre 2007 a 2012, período no qual a propina foi paga, considerando aqui os contratos e os repasses rastreados documentalmente, recusar-se a ceder às exigências indevidas dos agentes públicos”.

Essa é a segunda construtora condenada no esquema de corrupção denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF). Cabe recurso à decisão. A primeira condenação da Lava Jato contra executivos de construtoras ocorreu em 20 de julho, contra dirigentes da Camargo Corrêa.

CONTINUA

06 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O advogado Edward Carvalho, que faz parte da equipe de defensores da OAS, informou que vai recorrer da decisão nas instâncias superiores e que não esperava nada diferente do juiz Sérgio Moro. "Não tenho dúvidas de que por nenhum deles (clientes) ter fechado acordo de colaboração, tiveram esta sentença. Mas a defesa segue não concordando com este tipo de procedimento (delação)", afirmou. Ele ainda ressaltou que mesmo a decisão referente a Fernando Andrade, de prisão em regime aberto convertida em serviços comunitários, foi injusta.

06 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Advogado tenta anulação de provas no STJ

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Um dos advogados que defende o ex-ministro José Dirceu, o jurista paranaense Juarez Cirino dos Santos, entrou com um mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) questionando a quebra de sigilo bancário e fiscal do ex-ministro e que foi autorizada pelo juiz federal Sérgio Moro.

Ele falou com a imprensa logo depois de ser "barrado" por agentes da PF de entrar na carceragem para falar com seu cliente. O ex-ministro já havia recebido a advogada Ana Luiza de Souza, que trouxe comida e roupas a Dirceu. Devido a isso, o outro criminalista não pôde ver o cliente, conforme informou a Polícia Federal (PF). O advogado disse que queria avisar seu cliente sobre o mandado de segurança na tentativa de anular as provas conseguidas pelos investigadores.

Segundo o defensor, em março deste ano teve uma reunião com Dirceu em que ficou acertado que entraria com o mandado de segurança no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) para contestar as quebras de sigilo da empresa do petista, a JD Consultoria, e do próprio José Dirceu e de seu irmão Luiz Eduardo de Oliveira e Silva. O mandado de segurança foi negado pelo TRF e, então, o advogado entrou com um recurso para que ele fosse julgado pelo STJ.

"É uma prerrogativa do advogado poder conversar com o cliente e fui impedido de ter acesso a carceragem. Queria comunicar a ele sobre o mandado de segurança. A prisão dele é absolutamente desnecessária pois ele já cumpria prisão domiciliar em Brasília", ressaltou. "Entendemos que a quebra de sigilo é ilegal porque não havia fatos concretos que a justificasse. Não existe nenhum fato concreto contra o

José Dirceu. O que existe são hipóteses, suspeitas, delações que foram obtidas por pessoas que estavam presas e que, portanto, não estavam livres para prestar suas informações", criticou Santos.

Outro advogado de Dirceu, Roberto Podval, deve entrar com um pedido de revogação da prisão preventiva no STJ ainda hoje.

ATRÁS DAS GRADES

Dirceu está preso na carceragem da PF em cela separada dos demais investigados na 17ª fase da Lava Jato. Segundo informações levantadas pela FOLHA, o ex-ministro está dividindo espaço com um contrabandista e um falsificador de dinheiro. A cela fica na mesma ala de outros "grandes" personagens da operação, como o doleiro Alberto Youssef e os ex-dirigentes da Petrobras, Nestor Cerveró e Jorge Luiz Zelada. O irmão de Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira Silva está dividindo cela com o ex-assessor político do petista, Roberto Marques.



"A prisão dele (Dirceu) é absolutamente desnecessária", criticou o advogado Juarez Cirino dos Santos, após ser barrado ontem na carceragem da PF

06 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA



06 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Biometria

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná prorrogou o prazo final para a revisão biométrica em 36 municípios, inclusive Cambé (Região Metropolitana de Londrina), que terá o atendimento até o dia 30 de novembro. Nas eleições municipais do ano que vem, 55% dos 7,8 milhões eleitores paranaenses vão votar biometricamente. Para mais informações sobre os documentos necessários e agendamento, o site é www.tre-pr.jus.br/eleitor/agenda-biometria. Ao final do processo, o Paraná terá 60 municípios com o eleitorado revisado biometricamente para 2016.

AGENDA

Comemoração

Curitiba - O Salão Azul do Clube Curitibano será palco do tradicional Jantar dos Advogados, promovido anualmente pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná para celebrar o Dia do Advogado - comemorado em 11 de agosto. O evento acontece no dia 14 de agosto, a partir das 21h. Os convites já estão à venda na Tesouraria da Seccional e nas Salas do Advogado da Justiça do Trabalho do Fórum Cível 1 e 2 e do TJ-PR. Além da capital paranaense, outras 47 cidades onde a OAB possui subseções também irão celebrar a data.

06 AGO 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

NÃO MEXE NO DELES

O governador Beto Richa (PSDB) descartou mais uma vez qualquer possibilidade de propor cortes nos repasses de verbas aos demais poderes do estado, pra que o governo do Paraná tenha mais recursos pra investimentos. "O repasse que está previsto no orçamento é suficiente pra atender às demandas dos outros poderes, que são independentes", disse Richa. "O ajuste fiscal está pronto", garantiu.

SEM BRIGA

A mudança na divisão do orçamento chegou a ser discutida na Assembleia Legislativa, como alternativa ao ajuste fiscal e ao "tarifaço". Pros defensores, o Tribunal de Justiça, a Assembleia, o Tribunal de Contas e o Ministério Público são os "primos ricos" do governo do estado. Apesar disso, a medida é vista por Richa como inviável politicamente, já que iria criar animosidade com os demais poderes.

PREFERIDO

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi o mais votado entre membros do Ministério Público Federal pra ocupar o cargo nos próximos dois anos. Em consulta feita pela Associação Nacional dos Procuradores da República, ele teve 799 votos. O resultado será apresentado à presidente Dilma. Desde 2003, o escolhido tem sido sempre o primeiro da lista. O indicado por Dilma precisará, ainda, da aprovação do Senado.

06 AGO 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

PRA PRISÃO!

Justiça Federal
condena cúpula
da empreiteira
OAS por
corrupção
na Petrobras

Da Redação
geralredacao@tribunadeparana.com.br

A Justiça Federal em Curitiba condenou a cúpula da empreiteira OAS por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa na Operação Lava Jato. O presidente da OAS, José Aldemário Pinheiro, e o diretor-presidente da área internacional da empresa, Agenor Medeiros, foram condenados a 16 anos e 4 meses de prisão.

Os executivos Mateus Coutinho de Sá Oliveira e José Ricardo Nogueira Breghirolli pegaram onze anos de prisão



Presidente da OAS pegou 16 anos.

e Fernando Stremel foi condenado a quatro anos de prisão. Cabe recurso à decisão.

A cúpula da empreiteira foi condenada por crimes cometidos em contratos e aditivos da OAS com a Refinaria Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e com a Refinaria de Abreu e Lima (Renest), em Pernambuco.

Segundo a denúncia, a empresa participava do chamado

“clube” de empresas que, por meio de um cartel, fraudava as licitações da Petrobras. Para conquistar os contratos, as empresas pagavam propina a diretores da Petrobras e a partidos políticos.

Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, foi condenado a 6 anos no regime semiaberto, por corrupção passiva. O doleiro Alberto Youssef foi condenado a 16 anos por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A OAS é a segunda empreiteira com executivos condenados na Lava Jato. Em 20 de julho, dirigentes da Camargo Corrêa foram condenados por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Na sentença, o juiz Sergio Moro destaca que “a prática do crime corrupção envolveu o pagamento de R\$ 29.223.961,00 à Diretoria de Abastecimento da Petrobras, um valor muito expressivo”. Moro fixou o regime fechado pro início de cumprimento da pena dos executivos.

JORNAL DO ÔNIBUS

Janot vence eleição interna do Ministério Público



ABR

06 AGO 2015

■ Janot lidera a lista tríplice enviada à presidente

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, venceu ontem (5) a eleição interna do Ministério Público Federal (MPF), com 799 votos, para ser reconduzido ao cargo por mais dois anos, como o mais votado da lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), e caberá à presidenta Dilma Rousseff indicá-lo para a recondução, mas ela não é

obrigada a seguir a ordem de votação da lista.

A lista, com o resultado da votação, será enviada à presidência da República, para a escolha de um dos três indicados. Em seguida, o nome deverá ser encaminhado ao Senado para apreciação dos parlamentares. O novo procurador precisa ter o nome aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pelo plenário da Casa, em votação secreta. ●

Justiça condena executivos da OAS por crimes na Lava Jato

Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef também foram condenados

A Justiça Federal em Curitiba condenou nesta quarta-feira (5) executivos e ex-executivos da OAS, empreiteira investigada na Operação Lava Jato. Esta é a segunda construtora condenada no esquema de corrupção denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF).

Cabe recurso à decisão.

A cúpula da empreiteira foi condenada por crimes cometidos em contratos e aditivos da OAS com a Refinaria Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e com a Refinaria de Abreu e Lima (Renest), em Pernambuco.

Segundo a denúncia, a empresa participava

do chamado "clube" de empresas que, por meio de um cartel, fraudava as licitações da Petrobras. Para conquistar os contratos, as empresas pagavam propina a diretores da Petrobras e a partidos políticos, com a intermediação de operadores. ●

05 AGO 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SISTEMA PRISIONAL

Estado e Justiça formalizam critérios para uso de tornozeleiras em presos

O governador Beto Richa, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, e a subprocuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, Sâmia Saad Benevides, assinaram ontem um termo de cooperação técnica que regulamenta o uso de tornozeleiras eletrônicas em presos provisórios e condenados. As tornozeleiras já são utilizadas desde o ano passado e agora foram formalizados os critérios utilizados pela justiça para conceder o equipamento de monitoramento.

A assinatura do termo foi feita durante cerimônia no Centro Integrado de Comando e Controle Regional do Paraná (CICCR), que será utilizado pelas forças policiais e de onde será feito, também, o monitoramento, em tempo real, dos presos que utilizam

as tornozeleiras eletrônicas.

Richa afirmou que o uso da tornozeleira contribui para a redução da superlotação nos presídios paranaenses. “O Paraná adquiriu, no ano passado, 5 mil tornozeleiras para o monitoramento de presos, que ajudam a diminuir a superlotação do sistema carcerário e permitem que pessoas que cometeram crimes mais leves possam cumprir suas penas fora das unidades prisionais”, disse.

Para o presidente do Tribunal de Justiça, a cooperação entre os poderes traz solução eficaz para questões de segurança pública. “Essa cooperação técnica representa, efetivamente, a possibilidade de o Judiciário conceder o benefício ao presos provisórios ou condenados no regime semiaberto, possibilitando que as prisões sejam esvaziadas”, disse o desembargador.

05 AGO 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

MORO RECUSOU AUDITÓRIO MAIOR PARA A CONFERÊNCIA

O Instituto dos Advogados do Paraná registrou 1.100 pessoas na lista de espera para a recente conferência de Sérgio Morro, realizada dia 29, no Sesc da Esquina. Discreto, sem querer muita exposição - evitando espetacularizar suas falas - ele recusou local maior para a palestra. Era o auditório da Universidade Positivo.

MORO COM DISCRIÇÃO

Só os que são contra o trabalho de saneamento nacional que o juiz Sergio Moro, PF e MPF vêm fazendo contra a roubalheira do dinheiro público insistem em qualificar o magistrado como "midiático".

Pois Moro, discreto, até meio tímido, é exatamente o contrário: não quis que sua conferência fosse em ambiente maior do que o do auditório do SESC da Esquina. Recusou a sugestão para falar na Universidade Positivo, por achar que a ideia não era de ter um grande público. Tinha o interesse - e assim foi - de ser pedagógico, com auditório predominantemente de advogados e empresários. A promoção foi do Instituto dos Advogados do Paraná.

05 AGO 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal confirma que a Caixa pode leiloar joias penhoradas sem prévia notificação

A Caixa Econômica Federal (CEF) tem direito de leiloar joias penhoradas sem notificar o cliente após o término do prazo limite de resgate, independentemente do valor sentimental dos bens penhorados. Com esse entendimento, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou indenização por danos morais a uma cliente que ajuizou ação pedindo R\$ 50 mil após ter suas joias leiloadas.

Ela moveu a ação afirmando que o banco feriu o Código de Defesa de Consumidor ao não comunicar que leiloaria seus bens,

alegando que estava em situação de hipossuficiência. A cliente ressaltou que as joias eram de grande valor sentimental, entre elas, alianças de casamento e bodas.

A Caixa sustentou que o contrato firmado lhe assegurava o direito de leiloar as jóias a partir de 30 dias de atraso, estando a autora em débito a mais de 80. Alegou também que a adesão já tinha sido renovada mais de dez vezes, o que demonstra que a mulher tinha ciência de que não era obrigatória a prévia comunicação.

Definida indenização a vigilante que atuava em banco com detector de metal estragado

A Justiça do Trabalho determinou indenização por danos morais a um vigilante submetido ao trabalho em uma guarita do lado de fora de uma agência do Itaú Unibanco, em Curitiba, e que durante meses foi obrigado a fazer o controle de acessos visualmente por falha no sistema de detecção de metais.

A decisão é da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, que confirmou indenização de R\$15 mil fixada pelo juiz José Alexandre Barra Valente, da 17ª Vara do Trabalho de Curitiba. O entendimento foi de que o vigilante sofreu exposição

maior a um risco já acentuado pela profissão

A principal condenada é a Poliservice Sistemas de Segurança Ltda, empregadora do vigilante. O Itaú Unibanco foi condenado de forma subsidiária, ou seja, deverá pagar a indenização caso a Poliservice não honre a dívida ou não tenha bens suficientes para quitá-la.

Durante cerca de três meses, em 2012, o mecanismo detector de metais da porta giratória da agência Itaú Personnalité no bairro Alto da XV não funcionou. Mesmo informada várias vezes sobre o defeito nas portas, a empresa não solucionou o problema.